

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
DIVISÃO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

AUDITÓRIO FERNANDO PESSA
- Equipamento Municipal Polivalente do Bairro da Flamenga -
MARVILA - LISBOA
SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

CONDIÇÕES TÉCNICAS

1. INTRODUÇÃO	2
2. LEGISLAÇÃO/DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	2
3. CONDIÇÕES GERAIS	2
4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	6
5. CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS.....	7
6. DIVERSOS.....	14

1. INTRODUÇÃO

As presentes condições técnicas referem-se ao projeto de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE) do Auditório Fernando Pessa do Equipamento Municipal Polivalente do Bairro da Flamenga, localizado na Rua Ferreira de Castro, freguesia de Marvila, concelho de Lisboa, cujo requerente é Câmara Municipal de Lisboa.

2. LEGISLAÇÃO/DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

O projeto de Segurança Contra Incêndios deverá observar as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:

- “Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro e pela Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro (Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios);
- Portaria n.º 1532 /2008, de 29 de dezembro alterada pela Portaria n.º 135/2020, de 2 de junho (Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios);
- Despacho n.º 2074/2009, de 15 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 8954/2020 de 18 de setembro (Critérios Técnicos para a Determinação da Densidade de Carga de Incêndio Modificada*);
- Notas técnicas da ANEPC.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1 GENERALIDADES

É objeto do contrato, o fornecimento e montagem, ensaios e colocação em serviço de materiais e equipamentos afetos à segurança contra incêndios, em conformidade com o presente Projeto de Execução de forma a serem entregues ao dono de obra em perfeitas condições de funcionamento.

O projeto de execução é constituído pelas peças desenhadas, memória descritiva, condições técnicas e mapa de medições. Fazem parte dos trabalhos tudo o que for definido numa das partes constituintes mesmo que não o esteja nas outras. Os concorrentes deverão fornecer e instalar todos os sistemas, equipamentos e materiais conforme projeto de execução.

3.2 CONCURSO

Os concorrentes obrigam-se a efetuar um estudo exaustivo do projeto de execução. Com o levantamento e o estudo do projeto o concorrente deve colocar, dentro dos prazos estabelecidos, as questões que necessitar para a apresentação definitiva da sua proposta.

As referências de equipamentos constantes na lista de medições destinam-se a definir um padrão de qualidade para a instalação, devendo as marcas especificadas ser entendidas como

marcas tipo, admitindo-se, portanto, alternativas, desde que equivalentes. O cliente através dos seus consultores, reserva-se o direito de fazer a análise dessas equivalências, só aceitando as que desse modo entender. Para as que não forem aceites, toma-se como bom para fornecimento o que está definido em projeto.

Caso o concorrente opte por considerar materiais ou equipamentos distintos dos referidos, a proposta deverá ser complementada com uma descrição (memória descritiva) e documentação (catálogos) do equipamento proposto, admitindo-se que em caso de omissão respeite integralmente as referências indicadas em projeto.

A lista definitiva dos materiais a aplicar em obra será composta pela associação das referências de equipamentos de projeto e alternativas aceites, propostos pelo concorrente na fase de concurso, não sendo admitidas quaisquer alternativas após a adjudicação da obra.

Obriga-se o Concorrente a cotar uma parcela afeta às telas finais de obra como definido no Projeto de Execução.

3.3 OBRA

Todos os materiais e equipamentos a utilizar deverão satisfazer as condições exigidas pelo fim a que se destinam, obedecer às prescrições dos regulamentos, normas e demais legislação nacional em vigor e apresentar as características especificadas no presente Projeto de Execução.

Antes da aplicação de quaisquer materiais e equipamentos, mesmo os especificados em projeto, deverão ser entregues amostras acompanhadas de certificado de origem e dos resultados de análise ou ensaios efetuados em laboratórios oficiais, quando tal for exigido, para submeter à apreciação da Fiscalização/Projetista, nomeadamente equipamentos aparentes.

Quando se verificar mediante um simples exame ou em face dos resultados de ensaios ou análises, que os materiais ou equipamentos não satisfazem as condições exigidas, serão rejeitados.

A instalação de materiais e equipamentos sem a devida aprovação pela Fiscalização é da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário.

O Adjudicatário obriga-se a efetuar todas as instalações com solidez e perfeição, nas melhores condições técnicas, em estrita observância dos regulamentos e normas em vigor e de harmonia com o presente Caderno de Encargos, cumprindo todas as instruções que lhe sejam fornecidas pela Fiscalização.

O Adjudicatário obriga-se a efetuar todas as alterações que lhe sejam determinadas pela Fiscalização. As maiores ou menores valias daí resultantes, serão calculadas tendo por base os preços unitários da proposta.

O Adjudicatário deverá apresentar, no início da execução da obra, um planeamento detalhado dos trabalhos e a sua interdependência para aprovação da Fiscalização.

A responsabilidade pelo bom funcionamento dos equipamentos e licenciamento das instalações é do Adjudicatário, pelo que este fica obrigado a supervisionar todos os trabalhos relacionados com a sua empreitada, mesmo que executados por terceiros. Em caso de má execução ou não observância das indicações fornecidas aos responsáveis pelos trabalhos complementares e

relacionados com a sua empreitada, deverá o Adjudicatário elaborar um relatório escrito a apresentar à Fiscalização da Obra que decidirá sobre todos os conflitos e indicará quais as ações a tomar.

O Adjudicatário deverá apresentar, no início da execução da obra, um planeamento detalhado dos trabalhos e sua interdependência para aprovação da Fiscalização.

O Adjudicatário deverá apresentar, obrigatoriamente, antes da execução dos trabalhos, desenhos de preparação de obra para aprovação pela Fiscalização.

O Adjudicatário deverá apresentar antecipadamente à execução de trabalhos, todas as dúvidas relacionadas com a interpretação do projeto, sendo da sua inteira responsabilidade eventuais incompatibilidades por não observância do mesmo.

O Adjudicatário obriga-se a efetuar com regularidade, durante o decorrer da obra, trabalhos de limpeza, de modo a manter a obra limpa em todos os locais de sua intervenção.

3.4 OUTRAS ESPECIALIDADES

Será da responsabilidade do Adjudicatário a compatibilização das instalações com as restantes Instalações e Apoio de Construção Civil.

Eventuais alterações tendo em conta incompatibilidade de construção terão obrigatoriamente de ser aprovados pela Fiscalização e Projetista.

3.5 APOIOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Os valores unitários de todos os materiais e equipamentos a instalar em obra deverão incluir os trabalhos de apoio de construção civil necessários à sua instalação, nomeadamente abertura e tapamento de roços para instalação de tubagem ou caixas, em paredes, tetos ou pavimentos, sejam estes de alvenaria, betão ou em gesso cartonado, abertura e tapamento de valas.

3.6 LICENCIAMENTO E CONFORMIDADE DAS INSTALAÇÕES

Encontra-se incluído na empreitada, o licenciamento de exploração, a preparação do processo documental, a sua entrega à entidade licenciadores, a requisição de vistoria, o acompanhamento de vistoria, a disponibilização de toda a informação solicitada pela entidade, de forma que, a inspeção às instalações possa ser normalmente efetuada e que sejam a base para a respetiva licença de utilização/exploração. O Adjudicatário será responsável pelas inconformidades apontadas pela entidade licenciadora, sendo obrigação do Adjudicatário a entrega da obra devidamente licenciada e pronta a utilizar.

3.7 RECEÇÃO DA OBRA / GARANTIA

Antes da receção provisória, deverão ser entregues boletins dos ensaios a realizar no local para aprovação pela Fiscalização, um manual técnico com as instruções necessárias para um correto funcionamento e manutenção das instalações, assim como toda a documentação técnica e catálogos dos vários equipamentos e sistemas instalados.

A receção provisória será agendada em conjunto com a Fiscalização, após solicitação nesse sentido por parte do Adjudicatário. Considera-se como condição necessária para realização da receção provisória, a entrega de todos os elementos referidos no ponto anterior e ainda a Declaração de Conformidade passada por um dos Organismos Notificados.

Antes da entrada em serviço das instalações, serão realizados os ensaios funcionais inerentes à receção provisória de acordo com as disposições específicas de cada sistema definidas nos respetivos capítulos. Eventuais anomalias serão da responsabilidade do Adjudicatário.

O Adjudicatário obriga-se a ministrar toda a instrução técnica necessária à boa exploração dos sistemas instalados.

A aceitação dos trabalhos só é válida após 60 dias de utilização dos sistemas pelo cliente em cada instalação.

A receção definitiva terá lugar no tempo estabelecido no Código dos Contratos Públicos após a receção provisória.

3.8 TELAS FINAIS

Após a receção provisória o Adjudicatário deverá entregar ao Dono de Obra uma coleção de telas finais em papel e em suporte informático, de todas as instalações e sistemas, de acordo com o executado em obra.

As telas finais das especialidades serão entregues, obrigatoriamente, sobre as telas finais de arquitetura, tendo por base as peças desenhadas constantes do projeto de execução.

3.9 ENSAIOS

Independentemente dos ensaios a executar pelos Organismos Notificados com vista ao licenciamento da instalação, deverá o Adjudicatário apresentar boletins de ensaio tendo em vista a receção provisória.

Todos os equipamentos de medida de verificação e todos os materiais necessários para os ensaios serão fornecidos pelo Adjudicatário, incluindo aparelhos de medida, chicotes adequadamente terminados, ferramentas necessárias ao manuseamento mecânico dos equipamentos, manuais e pré-telas finais, devendo ser apresentados os respetivos documentos de certificação dos equipamentos.

Serão efetuados ensaios gerais de colocação em serviço, nomeadamente ensaios funcionais e ensaios de compatibilidade entre a segurança e os outros sistemas, instalações elétricas, telecomunicações, audiovisuais, AVAC, águas e esgotos, todos os subsistemas e gestão técnica.

3.10 FORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Deverá ser ministrada uma ação de formação a pessoal técnico de modo a permitir a correta utilização e exploração das instalações.

O planeamento e organização da ação de formação deverá ser elaborado com o devido tempo e colocado à aprovação da fiscalização.

Deverá ser considerado o fornecimento de manuais contendo informações e características detalhadas sobre os materiais e configuração definitiva da instalação, em português.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 PRESCRIÇÕES COMUNS A TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Os materiais e equipamentos utilizados, devem ser acompanhados, aquando da sua entrada em estaleiro, de certificados de origem e qualidade do fabrico, passados pelo fabricante, comprovativos das especificações constantes deste Caderno de Encargos. Devem ainda obedecer a:

- Sendo nacionais, às normas portuguesas, documentos de homologação de laboratórios oficiais, regulamentos em vigor e especificações deste Caderno de Encargos;
- Sendo estrangeiros, às normas e regulamentos em vigor no país de origem, desde que não existam normas nacionais aplicáveis. No entanto, os certificados deverão ser passados por laboratórios de reconhecida idoneidade, confirmada pelos laboratórios oficiais e/ou entidades oficiais.

As dimensões e os materiais constituintes deverão ainda apresentar as características discriminadas neste Caderno de Encargos, ou outras equivalentes, desde que patenteadas e previamente aprovadas pela Fiscalização.

A aplicação e instalação de todos os materiais e equipamentos devem estar de acordo com as especificações do fabricante e respeitar as Notas Técnicas publicadas pela ANEPC e Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios, que complementam e definem as normas e regras técnicas para o cumprimento do Regime Jurídico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.

4.2 CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Todo o fornecimento e montagem deverão ser com materiais de qualidade superior, nunca inferior às previstas no presente documento.

A instalação dos materiais no que respeita a sistemas técnicos, obedecerá a todos os elementos de projeto com observação do projeto de instalações elétricas e ITED.

5. CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são referidas as características principais a que deverão obedecer os materiais a utilizar na instalação, bem como os pormenores mais relevantes da sua aplicação e colocação em serviço. Quaisquer referências a marcas ou modelos destina-se a dar indicações mínimas das características e especificações dos materiais a aplicar. Poderão ser considerados outros modelos e fabricantes, cujos produtos, comprovadamente, não lhe sejam inferiores tecnicamente.

Deverá compreender o fornecimento, montagem e ensaios individuais e integrados dos equipamentos discriminados no projeto.

5.2 SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

Placas de sinalização

Os dísticos de sinalização de segurança a fornecer e a instalar destinam-se a orientar os ocupantes do edifício, no caso de uma situação de emergência. Esta sinalização permite identificar os caminhos de evacuação, as saídas e os meios e equipamentos de combate a incêndio.

A sinalização deve obedecer a Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro. Deve ser colocada nos locais assinalados nas plantas e posicionados junto de fontes de iluminação de emergência (a uma distância inferior ou igual a 2 m), de modo que a informação que contém seja rapidamente apreensível.

Tipos de sinalização

Sinais de emergência

O objetivo é sinalizar todos os percursos de evacuação, saídas e saídas de emergência. Estes sinais terão o formato retangular ou quadrado, cor de fundo verde e pictograma na cor do material base fotoluminescente e aplicam-se a:

- Sinalização da direção das vias de evacuação;
- Sinalização das portas de saída e saída de emergência;
- A não utilização do elevador como via de evacuação é de extrema importância.

Sinais de equipamento de combate a incêndio

Tem como objetivo a localização dos equipamentos de alarme e combate contra incêndio, e poderão ainda, fornecer informação adicional sobre a utilização dos equipamentos. Estes sinais terão a forma quadrada ou retangular, fundo vermelho e pictograma na cor do material base fotoluminescente e aplicam-se a:

- Identificação dos meios de alarme disponíveis (ex.: botões de alarme de incêndio);
- Identificação dos meios de intervenção disponíveis (ex.: extintores e bocas de incêndio);
- Identificação do tipo de agente extintor (Ex.: Pó Químico, Água Aditivada, Espuma ou CO₂).

Sinais de Indicação dos Compartimentos Técnicos

Tem como objetivo a identificação do compartimento técnico. Esta sinalética é afixada na face exterior da porta de acesso com a indicação da respetiva designação do compartimento (ex: Central de Bombagem de Incêndio; Gerador de Emergência; Área Técnica; Casa das Máquinas; Sala dos Quadros Elétricos; Posto de Transformação; etc).

Sinais de Indicação de Pisos

No patamar de acesso das vias verticais de evacuação devem ser montadas placas de identificação do piso em formato retangular (ou quadrado) de cor de segurança azul.

Sinais de Perigo

Sinalização de advertência e perigo: Quadros Elétricos.

Plantas de Emergência

No espaço as plantas de emergência devem ser afixadas em posições estratégicas junto aos acessos principais dos pisos a que se referem.

Nas Plantas de Emergência devem aplicar-se as plantas de arquitetura, simplificadas, proporcionando uma boa leitura após a inclusão dos símbolos de emergência.

Estas plantas esquemáticas devem possuir:

- Todas as paredes principais exteriores, com traço carregado;
- Paredes interiores relevantes, de separação dos compartimentos e das vias de evacuação;
- Vãos existentes nas paredes, se necessário com indicação das portas;
- Equipamentos ou mobiliário fixo (representados de modo simplificado) que sejam importantes e referências para o bom entendimento do desenho e dos percursos de evacuação.

A informação disponibilizada nas Plantas de Emergência deve ser bem legível à distância a que se coloca o observador.

Características Técnicas dos Sinais

Gerais

Em termos de características mínimas de material, terão as seguintes:

- Ser construídas em material rígido, fotoluminescente, e sem incorporação de substâncias radioativas e sem características de toxicidade;
- Ter superfície antiestática e vitrificada;
- Ser construídas em materiais auto extinguíveis e retardantes da propagação do fogo em conformidade com a ISO 9772 e IEC 60092-101;
- Possuir propriedades luminescentes que garantam a luminância e o tempo de atenuação após se extinguir a fonte luminosa incidente conforme UNE 23035;
- Dimensões de acordo com as normas DIN;
- Os sinais a fornecer e instalar deverão estar de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de junho, na sua redação atual, da Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de dezembro, e, nos casos não regulamentados, das disposições das normas internacionais EN ISO 7010, ISO 3864 e ISO 16069.

Visualização da Sinalização



É fundamental adequar a dimensão dos sinais às características das instalações de maneira a se conseguir uma eficaz sinalização de segurança.

Nota: De acordo com o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio, a distância mínima de observação dos sinais deve ser 6m e a máxima 50m.

Medidas e distâncias de observação

A dimensão dos sinais é definida pela distância máxima de observação e compreensão dos mesmos.

Os sinais deverão ter as medidas adequadas e estar em conformidade com as características das instalações onde irão ser instalados. De acordo com o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio, as placas devem ter áreas (A) não inferiores às determinadas em função da distância (d) a que devem ser vistas, com um mínimo de 6m e um máximo de 50m, conforme a expressão: $A \geq d^2/2000$.

Nos caminhos de evacuação as placas devem ser colocadas perpendicularmente no sentido da fuga e nos locais de mudança de direção, a distâncias de 6m a 30m.

Altura da montagem das placas

A altura de montagem das placas deve situar-se entre 2,1 e 3,0 m. No caso de espaços amplos, o limite superior de 3,0 m pode ser excedido, mediante justificação fundamentada.

Não se aplica a altura de montagem indicada em casos de colocação de sinais informativos nos elevadores.

Propriedades Fotoluminescentes

- 10 Minutos após terminada a estimulação – 215 mcd/m²;
- 60 Minutos após terminada a estimulação – 30 mcd/m².

Autonomia

- 3100 Minutos após terminada a estimulação – 0,32 mcd/m².

Critério de Medição

A medição será efetuada por unidade de equipamento (Un).

Marca / Modelo de Referência

Sinalética com fixação de parede ou suspensa

Sinais: SINALUX ou equivalente de qualidade igual ou superior.

Fixação: A fixação das placas deverá ser feita da seguinte forma:

- Sinalização na parede: Com recurso a cola em embalagens de 290/300 ml da marca respetiva ou de outra marca recomendada pelo fabricante das placas; ou, com recurso a fixações por perfuração da marca respetiva ou de outra marca recomendada pelo fabricante das placas;
- Sinalização suspensa: Sinalização associada a blocos autónomos, com recurso a sistemas de fixação da marca respetiva ou de outra marca recomendada pelo fabricante das placas.

5.3 MEIOS DE INTERVENÇÃO

Extintores Portáteis

Inclui-se neste subcapítulo a montagem dos extintores portáteis existentes, incluindo acessórios de fixação e a reparação da parede para posterior pintura e o fornecimento e montagem dos extintores portáteis, de acordo com as características abaixo descritas, bem como todos os acessórios de suporte e fixação.

Os extintores existentes no local devem ser armazenados no decurso da obra em local adequado e ficando sob a responsabilidade do Adjudicatário.

Os extintores deverão ser instalados em locais desimpedidos ou de fácil acesso, em suporte de parede metálico novo compatível com os extintores existentes, de modo que o manípulo fique a uma altura não superior a 1,2 m do pavimento, nos locais indicados nas peças desenhadas ou outro a indicar pela Fiscalização/Projetista.

Para a instalação dos extintores devem ser observadas as seguintes exigências:

- Utilizar suportes compatíveis com os extintores existentes e adequados a cada extintor (CO₂ ou Pó Químico);
- O extintor deve ser instalado em local em que o seu acesso não possa ser bloqueado, possa ser visto facilmente e que seja fácil a sua remoção do suporte;
- O seu manípulo fique a uma altura não superior a 1,2 m do pavimento;
- Não deve ficar em contato direto com o pavimento.

Extintor CO₂

Este equipamento deverá contemplar no mínimo as seguintes características:

- Devem ter uma massa total inferior a 20 kg, em condições de operacionalidade;
- O seu corpo deve ser construído em aço sem costura, de alta qualidade, resistente à corrosão, ao choque e à pressão interior exigível;
- A pintura anticorrosiva será de resina epoxy poliamida aplicada a quente de cor vermelha resistente a radiação ultravioleta;
- Deve ser capaz de funcionar, eficazmente, a temperaturas compreendidas entre -20°C e +60°C;
- Os mecanismos de atuação devem estar providos de um dispositivo de segurança que impeça o seu acionamento intempestivo;
- As válvulas de comando devem permitir que a descarga do agente extintor seja interrompida, em qualquer momento, com garantia de estanqueidade;
- Os extintores devem ser equipados com um dispositivo, fechando sobre si mesmo, que permita uma interrupção temporária do jato;
- Os extintores cujo agente extintor tenha uma massa superior a 3 Kg, devem ser equipados com uma mangueira e uma agulheta;

- Os difusores, quando existam, devem possuir pega de proteção para proteger a mão do operador;
- A remoção dos extintores do seu suporte deverá ser fácil e de simples compreensão;
- As inscrições no corpo dos extintores devem incluir, no mínimo:
 - O tipo de extintor e a sua carga nominal;
 - Indicação do fogo tipo;
 - O modo de atuação, através de pictogramas adequados;
 - Pictogramas que representem as classes de fogo para as quais o extintor é adequado;
 - Instruções para que o extintor seja recarregado após utilização;
 - Instruções para a inspeção periódica e a frequência de inspeção;
 - Identificação do agente extintor;
 - Identificação do gás propulsor;
 - O número de referência da certificação ou homologação;
 - Os limites da temperatura de utilização;
 - O nome e endereço da organização responsável pelo extintor;
 - O ano de fabrico.
- Os extintores deverão possuir valores de eficácia, para as classes de fogo a que se adequam, iguais ou superiores aos a seguir indicados:
 - Extintor de 2kg: 34B;
 - Extintor de 5kg: 89B.
- No que respeita às restantes características não indicadas nestes termos de referência, devem seguir-se as exigências das normas portuguesas NP 1589, NP 1618, NP 3506 e NP EN 3-3.
- Os extintores devem apresentar certificados ou homologações, passadas por entidades nacionais ou internacionais de reconhecida idoneidade.

Extintor de Pó Químico, Tipo ABC

Este equipamento deverá contemplar no mínimo as seguintes características:

- Devem ter uma massa total inferior a 20 kg, em condições de operacionalidade;
- O seu corpo deve ser construído em chapa de aço ou alumínio, de alta qualidade, resistente à corrosão, ao choque e à pressão interior exigível;
- Devem possuir base de plástico de alta resistência;
- Deve ser capaz de funcionar, eficazmente, a temperaturas compreendidas entre -20°C e +60°C;
- Os mecanismos de atuação devem estar providos de um dispositivo de segurança que impeça o seu acionamento intempestivo;
- As válvulas de comando devem permitir que a descarga do agente extintor seja interrompida, em qualquer momento, com garantia de estanquidade;
- Os extintores devem ser equipados com um dispositivo, fechando sobre si mesmo, que permita uma interrupção temporária do jato;

- Os extintores cujo agente extintor tenha uma massa superior a 3 Kg ou um volume superior a 3 L, devem ser equipados com uma mangueira de borracha flexível trançada e os indicadores de pressão devem indicar, claramente:
 - Um ponto zero;
 - Uma zona de cor verde, zona de trabalho, onde se deve encontrar o ponteiro indicador de pressão, antes de qualquer utilização;
 - O resto da escala deve ser de cor vermelha.
- A remoção dos extintores do seu suporte deverá ser fácil e de simples compreensão;
- A pintura anticorrosiva será de resina epoxy poliamida aplicada a quente de cor vermelha resistente à radiação ultravioleta;
- As inscrições no corpo dos extintores devem incluir, no mínimo:
 - O tipo de extintor e a sua carga nominal;
 - Indicação do fogo tipo;
 - O modo de atuação, através de pictogramas adequados;
 - Pictogramas que representem as classes de fogo para as quais o extintor é adequado;
 - Instruções para que o extintor seja recarregado após utilização;
 - Instruções para a inspeção periódica e a frequência de inspeção;
 - Identificação do agente extintor;
 - Identificação do gás propulsor;
 - O número de referência da certificação ou homologação;
 - Os limites da temperatura de utilização;
 - O nome e endereço da organização responsável pelo extintor;
 - O ano de fabrico.
- Os extintores deverão possuir valores de eficácia, para as classes de fogo a que se adequam, iguais ou superiores aos a seguir indicados:
 - Extintor de 6KG 27A – 183B – C
- O agente extintor não será corrosivo, abrasivo ou tóxico;
- No que respeita às restantes características não indicadas nestes termos de referência, devem seguir-se as exigências das normas portuguesas NP 1589, NP 1618, NP 3506 e NP EN 3-3;
- Os extintores devem apresentar certificados ou homologações, passadas por entidades nacionais ou internacionais de reconhecida idoneidade.

Critério de Medição

A medição será efetuada por unidade de equipamento (Un).

6. DIVERSOS

Em tudo omissos nas partes integrantes neste projeto, prevalecerão os regulamentos e normas referidos e demais disposições em vigor.

Lisboa, setembro de 2024

O Técnico Responsável

CLÁUDIA
ALEXANDRA
BARRADAS
RODRIGUES

Assinado de forma
digital por CLÁUDIA
ALEXANDRA
BARRADAS
RODRIGUES
Dados: 2024.10.28
09:55:18 Z

Cláudia Alexandra Barradas Rodrigues

